

Projeto Waimiri-Atroari – Eletronorte

José Porfírio Carvalho

Em meus 32 anos de trabalho com o indigenismo, tive oportunidade de conhecer muitas etnias e participar de várias experiências com comunidades indígenas. Nos anos 1960 e início dos 1970, a maior preocupação da legião de indigenistas que então se formava e se dedicava à causa indígena era salvar os índios do extermínio a que pareciam condenados e protegê-los da guerra estabelecida pelos grandes projetos e pela ação criminosa de determinados segmentos da sociedade. Graças às nossas preocupações e ações, alguns grupos conseguiram sobreviver.

Em função dos problemas que enfrentei com a FUNAI, fui transferido, demitido e reintegrado várias vezes, trabalhando no Acre, no Amazonas, no Maranhão, no Pará e em Roraima. Tive a oportunidade de conhecer e iniciar projetos com vários grupos indígenas em diferentes estágios de contato. O trabalho com os índios Guajajara, por exemplo, apresentou resultados muito positivos, principalmente em relação à demarcação e desintração das terras e ao resgate de sua dignidade. Conseguimos despertar entre os povos indígenas o orgulho de serem índios e a consciência de seus direitos inatos. A multiplicidade de projetos também permitiu que fossem identificados os erros mais recorrentemente cometidos, tanto pela FUNAI quanto por mim mesmo.

Mais que os acertos, foram esses erros a base do projeto apresentado à Eletronorte quando ela decidiu construir a hidrelétrica de Balbina, que inundaria trinta mil hectares dos índios Waimiri-Atroari. A proposta foi audaciosa: devolver, ao fim de 25 anos, a independência que os Waimiri-Atroari possuíam antes do contato com a sociedade brasileira. Quase ninguém acreditou no projeto, incluindo os funcionários da Eletronorte que o aprovaram. Para a FUNAI, era somente mais uma ação que não daria certo e entraria no imenso rol dos projetos que começam e nunca terminam.

Tínhamos uma afinidade muito grande com o grupo, principalmente em função de um trabalho realizado no início da década de 1970. Assim, apostávamos no sucesso do projeto, que na verdade consistia de intervenções muito simples, principalmente no sentido de resgatar a dignidade dos índios e ajudá-los a defender seu território, fazendo com que voltassem a se preocupar com sua comunidade, retirando da área qualquer interferência negativa e implantando um sistema escolar voltado para a cultura Waimiri-Atroari.

Sob essa perspectiva, substituímos os funcionários da FUNAI que estavam comprometidos com o projeto de uma empresa de mineração estabelecida em uma área de 526.800 hectares contígua à área indígena. Foi criada uma ONG para gerenciar o projeto e, dessa forma, conseguimos transformar a depopulação indígena, que estava na faixa dos 20% ao ano, em uma taxa de crescimento que hoje talvez seja a maior de sua história. Melhoramos a qualidade de vida dos índios por meio de programas de saúde e apoio à produção de alimentos, a fim de que a comunidade se livrasse de sua dependência de alimentos externos. Desenvolvemos projetos de criação de animais silvestres como antas, capivaras e porcos-do-mato, e implantamos uma agricultura voltada para as culturas perenes, em vez das essências e produtos sazonais habitualmente cultivados. Essas atividades ainda não alcançaram resultados econômicos satisfatórios, mas já evitam tanto a produção em excesso quanto a depredação da área para obtenção de bens para troca ou venda.

O projeto inclui ainda a captação de recursos por meio da venda de artesanato indígena. Mantemos em Manaus uma loja exclusivamente para isso. Ademais, registramos a marca Waimiri-Atroari e obtemos recursos com a venda do direito de uso de determinados padrões e imagens, como por exemplo a comercialização de pratos com gravuras indígenas tradicionais. Assim, há uma série de atividades paralelas à produção direta que auxilia seu processo de etnodesenvolvimento. Com a participação dos índios, conseguimos concluir o processo demarcatório e hoje os Waimiri-Atroari são auto-suficientes na produção de alimentos.

Na maioria das comunidades indígenas, a produção de alimentos para venda é o principal motivo da criação de dependência. Atualmente, os índios Waimiri-Atroari têm um nível de consumo de produtos manufaturados muito mais baixo que o encontrado em outras aldeias. Um índio Waimiri-Atroari consome em média R\$ 36,00 em bens não produzidos por ele, incluindo combustível e motores de popa, por exemplo, o que pode ser suprido com exigências de produção muito pequenas. As atividades desenvolvidas mantêm todos os processos reprodutivos de sua cultura, as roças são construídas de forma a suprir a necessidade de alimentos e só excepcionalmente a produção é utilizada para a aquisição de produtos

manufaturados. Há dois anos, passaram a taxar o uso de uma estrada vicinal construída dentro de suas terras: os caminhões de minério da mina de cassiterita instalada em seu antigo território pagam uma porcentagem de 0,5% da produção do minério ou um valor fixo pela passagem dos caminhões não carregados. Esses valores, somados aos da produção de produtos artesanais, da venda da marca e dos eventuais excessos da produção mantêm equilibrada sua economia, fazendo com que apresentem um considerável superávit na relação produção-consumo. O controle da produção é feito diariamente e com o acompanhamento de todos. Os Waimiri-Atroari demoraram a assumir essa participação, mas hoje controlam todo o processo produtivo, deixando de participar somente da comercialização, que ainda está em fase de aprendizado.

Todo o processo de compras e uso do dinheiro é de responsabilidade das 28 escolas da área, mantidas sob total domínio da comunidade. Os professores são índios e repassam conhecimentos de matemática e escrita, prioritariamente na língua mãe e totalmente voltados para a realidade Waimiri-Atroari, ou seja, nenhum dos cursos foca temas não indígenas. Atualmente, quarenta por cento da população acima dos seis anos é alfabetizada, sabendo ler e escrever na língua mãe e sendo capaz de elaborar textos para as pequenas necessidades internas.

Os índios Waimiri-Atroari têm noção exata de seu território, cujo perímetro total é de 985 quilômetros, e fiscalizam seus limites, o que exige circulação constante. Há ainda um bom estoque de alimentos de caça e uma pesquisa em andamento sobre a utilização dos sítios de caça e a quantidade de exemplares abatidos. Atualmente, buscam uma forma de diminuir a dependência econômica causada por eventuais abalos em sua economia, e, para isso, mantêm equilíbrio entre a produção e o consumo de alimentos e se preocupam com a produção voltada para a compra de bens não produzidos por eles.

Acompanhamos constantemente o projeto, pois é difícil manter o funcionamento de um sistema como esse, e nem sempre os resultados obtidos são satisfatórios. O Programa Parakanã, por exemplo, pelo qual também somos responsáveis, apresenta dificuldades em função de a agricultura dos Parakanã ser voltada para a comercialização, e eles, muito dependentes de bens externos. Embora mantenham um avançado processo de comercialização, seu próprio sistema econômico dificulta o equilíbrio ideal entre produção e consumo. Nossa esperança é que os experimentos com a criação de peixes, tartarugas, capivaras e antas possibilite a manutenção de um equilíbrio econômico e cultural semelhante ao alcançado pelos Waimiri-Atroari.